

"O STATUS MORAL DOS ANIMAIS"

-FARIAM OS ANIMAIS PARTE DA NOSSA COMUNIDADE MORAL?

Aula na Escola Bíblica Dominical de 27 de setembro 2020

Pb. Carlos Magalhães

OBJETIVO: Expor a perspectiva evangélica sobre deveres morais para com os animais, em conjunto com as demais perspectivas sobre a existência ou não desses deveres morais.

1. Histórico

1.1. Em 1975 Peter Singer escreveu **A Liberação Animal**, em que argumenta a favor da igualdade na condição dos animais em relação aos homens, concluindo pela necessidade de reconhecimento dos direitos iguais destes e de sua comunhão moral com os humanos. O livro foi escrito num movimento maior da sociedade pelos direitos dos animais, junto com outros, como A Condição Moral dos Animais, de Stephen Clark; bem como contemporâneo ao surgimento de entidades como a PETA (People for Ethical Treatment of Animal - Pessoas pelo Tratamento Ético dos Animais).

1.2. A discussão, porém, é de longa data:

Aristóteles (384-322 a.C.): realizava vivissecções (animal vivo) e dissecações (organismo morto).

Pitágoras (582-500 a.C.): dizia que tratar bem criaturas não-humanas era um dever.

Hipócrates (450 a.C.): vinculava o aspecto de órgãos humanos doentes com o de animais, com finalidade claramente didática. Os anatomicistas **Alcmaeon (500 a.C.)**, **Herophilus (330-250 a.C.)** e **Erasistratus (305-240 a.C.)** vivissecavam animais para observar estruturas e fazer formulações sobre o funcionamento dos órgãos.

A moral judaico-cristã, com base nos ensinamentos bíblicos, **não reconhece a mesma natureza entre homens e animais, e tem estes por inferiores e dados para servir ao homem**. Tal concepção foi revigorada pela filosofia escolástica, cujo principal vulto, São Tomás de Aquino (1228-1274), costumava dizer que não tínhamos deveres para com essas criaturas. Contudo, na história da igreja

há entendimentos antagônicos, com Basílio Magno (século IV) orando pela salvação dos homens e dos animais, João Crisóstomo (século IV) insistindo no dever de demonstrar bondade aos animais, Isaque, o sírio (século VII) falando do cerne da piedade como sendo "o coração amoroso" que tem repulsa ao sofrimento animal" e Francisco de Assis (século XII) promovendo a reivindicação dos direitos dos animais. Como aponta Norman Gleiser "**todas essas pessoas se desenvolveram essencialmente em tradição cristã mística na qual a vida espiritual era alimentada, dentre outras coisas, por meio da sintonia com a natureza e com todas as criaturas de Deus**".

A primeira lei a proteger os animais, talvez tenha sido uma que existiu na Colônia de Massachusetts Bay, em 1641, **em legislatura de inspiração puritana sob os deveres bíblicos de não tratar com crueldade os animais**. Esta lei propunha que: "**ninguém pode exercer tirania ou crueldade para com qualquer criatura animal que habitualmente é utilizada para auxiliar nas tarefas do homem**".

Ainda no meio protestante, os neo-ortodoxos, sob inspiração de Karl Barth (1886-1969, século XX) em sua Dogmática Eclesiástica, "incluem os animais na aliança da graça, como criaturas redimidas e de igual valor", informa Gleiser.

"O racionalismo do francês René Descartes (1596-1650) contribuiu também para excluir os animais da esfera das preocupações morais humanas. Justificava, assim, a exploração dos animais ao afirmar que eles seriam destituídos de alma e sentimentos, incapazes, portanto, de experimentar sensações de dor ou de prazer." (Adriana Maluf, apostilas em Bioética e Biodireito)

"Diversos pensadores e pesquisadores ocuparam-se da causa envolvendo os animais, entre eles Leonardo da Vinci, William Harvey, cuja obra publicada em 1638, sob o título "Exercitatio anatomica de motu cordis et sanguinis in animalibus" apresentou os resultados obtidos em estudos experimentais sobre a fisiologia da circulação realizados em mais de 80 diferentes espécies animais; **Jeremy Benthan, em 1789, retomando ideias já existentes na antiga Grécia, lançou a base para a posição atualmente utilizada para a proteção dos animais. Ponderou: A questão não é, podem eles raciocinar? ou podem eles falar? Mas, podem eles sofrer? posicionou-se favoravelmente a condição de igualdade que deveria ser outorgada entre todos os seres sensíveis em virtude de sua capacidade de sofrimento.** Assim sendo, incluiu os animais numa comunidade moral tendo em vista

seu critério de sensibilidade, para ele um atributo moral.” (Adriana Maluf, apostilas em Bioética e Biodireito).

Charles Darwin, em 1859, em seu “Origem das Espécies”, **lança uma das perspectivas básicas acerca da comunhão moral dos homens e animais aos estabelecer os pressupostos do vínculo existente entre as diferentes espécies animais num único processo evolutivo**” (Maluf). Desta forma, sua teoria possibilitou a extração dos dados obtidos em pesquisas com modelos animais para seres humanos.

2. As três perspectivas: materialista, panteísta e teísta

2.1. A perspectiva materialista pode ser dividida entre antes e depois de Darwin. Antes dele a visão materialista – sustentada também por não materialistas – era que os seres humanos, por serem os únicos racionais, diferiam de todos os outros animais.

2.1.1. Porém, no século XVI surge a perspectiva materialista da humanidade. Maquiavel (1469-1527) disse que os seres humanos são como animais e Montaigne disse que “Os animais silogizam assim como os homens”. Mas é apenas com A Origem das Espécies, de Darwin, em 1859, que surgiu um fundamento científico que embasou tais especulações filosóficas.

2.1.2. Como diz Gleiser “segundo Darwin, muitos pensadores afirmam que a humanidade difere apenas em grau, e não em natureza, em relação aos animais. Isso afetou dramaticamente a ciência, a biologia e a psicologia modernas. Darwin afirmou que o homem é um animal superior, **mas a diferença consiste apenas em grau**, e não em natureza. Tanto seres humanos quanto animais possuem sentidos, intuições, emoções, capacidade de amar, memória, atenção, curiosidade e raciocínio. A única diferença é que os humanos têm poderes mentais mais fortes, porque possuem linguagem mais perfeita que a dos animais”

2.1.3. Refutação da perspectiva materialista

2.1.3.1. Só é possível admitir diferença de grau se puder se provar o intermediário entre eles. É possível que duas coisas de natureza diferente venham a ter muito em comum, mas uma não terá propriedades ou características da outra, implicando uma hierarquia – por exemplo, carros e bicicletas têm rodas e direção, mas falta motor às bicicletas.

2.1.3.2. Uma diferença em grau é aparente e superficial; em natureza é profunda e real. As diferenças não são apenas de quantidade – mais ou menos inteligentes ou racionais; mais ou menos capazes de se expressar – mas na qualidade da inteligência e raciocínio. O pensamento humano é de outra qualidade, sendo completamente diferente, melhor e superior ao dos animais.

2.2. A perspectiva panteísta

2.2.1 Esta está no outro lado do espectro, em relação ao materialismo. Antimaterialista, é também anticristã. Há os panteístas clássicos, como é o caso dos hindus e algumas linhas do budismo e religiões centradas na natureza, como a neo pagã Wicca e também religiões animistas. Para eles, “há um aspecto divino e um significado especial em todos os seres criados. Muitos chegam ao ponto de esperar que cada pessoa tenha reverência e temor por todos os seres criados, incluindo plantas e animais.” Por trás disso, há a ideia de que Deus é tudo e tudo é Deus, sem distinção entre o ser divino e o ser criado.

2.2.1.1. De forma não explícita, essa perspectiva é muito presente na cultura popular, como, por exemplo, na série Star Wars, onde Yoda declara, no filme O Império Contra-Ataca: “Meu aliado é a Força. Que aliado poderoso” A vida a cria e a faz raiar. Sua energia nos cerca e nos une [...] Sinta a Força ao seu redor. Bem aqui [...] entre você e eu e a pedra”

2.2.1.2. Aplicando o princípio em defesa dos animais eles dizem que a natureza é um organismo vivo e que as espécies são manifestações de Deus, além de que os seres humanos são um com a natureza; além de acusarem o cristianismo de já ter sido uma religião de natureza e ter abandonado essa posição por questões políticas.

2.2.2. Refutação da perspectiva panteísta

2.2.2.1 A natureza não é um organismo vivo, e isso é evidente. Há sim multiplicidade de criaturas vivas na natureza mas também outra multiplicidade de matéria não vivente. “A vida é caracterizada por complexidade específica. Os cristais são específicos, mas não são complexos. Polímeros aleatórios são complexos, mas não são específicos. Apenas coisas específicas e complexas são viventes. Apenas coisas específicas e complexas são viventes. Apenas elas possuem o código genético que especifica que tipo de ser vivente são” (Gleiser).

2.2.2.2. Impossível – além de perigoso – considerar que humano e divino são uma mesma natureza: a Divindade é pura, eterna, imutável, infinita e absoluta. A natureza não é isso: é finita,

limitada, mutável e composta por ato e potência. A natureza, conforme a Segunda Lei da Termodinâmica, está perdendo energia, e isso demonstra que o cosmos não pode ser eterno; a teoria geral da relatividade mostra que matéria e energia surgiram ao mesmo tempo. Logo, impossível a natureza ter características de divindade!

2.3. A perspectiva cristã

2.3.1 Os cristãos estão divididos: o motivo da discórdia reside nos pressupostos e na escolha da metodologia hermenêutica. Quanto aos pressupostos, a guerra é entre a filosofia realista clássica e a filosofia existencial moderna; quanto ao método hermenêutico, o conflito é entre a hermenêutica histórico-gramatical e as teorias hermenêuticas de Heidegger-Gadamer. Aqui, entretanto, não examinaremos esse conflito, mas exporemos a posição reformada a partir do método histórico gramatical em contraposição aos argumentos dos neo-ortodoxos.

2.3.2. A posição bíblica.

2.3.2.1. Homens e animais receberam a mesma benção na criação (Gn. 1.11,28); a Bíblia fala de semelhanças entre homens e animais (Ec. 3.19) mas revela muitas características especiais dos seres humanos. Só a humanidade é criada à imagem de Deus (Gn. 1.26, 27; 1Co 11.7) e à semelhança dEle (Tg. 3.9), possui alma eterna (Gn 2.7), entendimento (Ef. 1.18; 4.18), consciência (Rm. 2.15) e memória moral (Gn 41.9); somente a humanidade se torna sábia por inspiração divina (Jó 32.8,9), tem natureza diferente das outras criaturas, e mais valiosa que outras criaturas (Mt. 6.26; 10.31; 12.12), é mais sábia que as outras criaturas (Jó 35.11), recebeu o domínio sobre as outras criaturas, bem como a capacidade para nomeá-las.

2.3.2.2. Toda criação possui valor dado por Deus e manifesta a glória dEle (Sl 19.1), por isso a humanidade deve cuidar da criação (Nm 22.27-32); Dt 25.4). Os seres humanos e os animais possuem valor intrínseco aos olhos de Deus mas os homens têm função e ordem superiores na criação (Sl.8.7).

2.3.2.3. A Bíblia valoriza toda a criação (Mt 6.26), mas não afirma que toda a criação tem o mesmo valor. Disse Jesus: "Não tendes mais valor do que as aves dos céus?". Em João 3.16 a expressão mundo não se refere à criação, mas o contexto deixa

bem claro que ele está se referindo aos seres humanos (3.9). Daí, muito difícil incluir os animais na aliança da Graça, embora eles possam gozar os benefícios provenientes da prática daqueles que na Graça estão.

2.3.2.4. Há semelhanças e diferenças entre a morte de animais e a de seres humanos. Os humanos têm almas que nunca morrem, enquanto os animais não (Ec. 13.7; 3.21); de nenhum animal a Bíblia fala "estar ausentes do corpo é estar presente com o Senhor" (2Co 5.8). A Bíblia não fala de ressurreição de animais, mas o faz em relação aos seres humanos.

3. Os órgãos do conhecimento ético moral

A proposta de Jeremy Bentham, acima referida, de que a questão não é, podem eles [os animais] raciocinar? ou podem eles falar? Mas, podem eles sofrer? resultante na conclusão de que a capacidade de sofrimento dos animais os inclui na comunidade moral não é suficiente para tal conclusão. Antes decorre de uma perspectiva utilitarista da vida que exclui órgãos de conhecimento moral próprios do ser humano que os animais não possuem. Dar direitos aos animais não os protege da crueldade, mas a obrigação ética do homem de abster-se da crueldade e que os protege.

Uma sociedade que cada vez mais conhece a realidade a partir das experiências há de supervalorizar a sensibilidade - capacidade de ser sensível - dos animais. A experiência dos sentidos é válida quando adequado não sendo necessariamente negativa, e própria Bíblia nos revela isso (veja por exemplo 1Jo 1.1-3); sendo, a fé cristã baseada em testemunho dos sentidos (ocular) dos apóstolos (2Pe 1.16; Lc 1.2).

Contudo, essa nossa geração é tomada por uma hipertrofia da experiência como órgão de deliberação moral, como bem definido Charles Hodge:

"Um uso ainda mais amplo da palavra misticismo tem sido em certa extensão adotado. Qualquer sistema, quer em filosofia quer em religião, que imprime mais importância às emoções do que ao intelecto é chamado místico. Cousin e Morell, depois dele, arranjaram os sistemas de filosofia sob os tópicos de sensacionalismo, idealismo, ceticismo e misticismo. O

primeiro faz dos sentidos a fonte exclusiva ou predominante de nosso conhecimento; o segundo, o ego, em sua constituição e leis, como entendido e apreendido pelo intelecto; e o misticismo, as emoções. O místico pressupõe que os sentidos e a razão são igualmente sem valor e inadequados como fontes de conhecimento; que nada pode ser recebido confiantemente como verdade, pelo menos nas áreas mais elevadas do conhecimento, em tudo o que se relaciona com nossa própria natureza, com Deus e nossa relação com ele, exceto o que é revelado ou naturalmente ou super naturalmente nas emoções. Há, portanto, duas formas de misticismo: uma que admite que as próprias emoções sejam as fontes desse conhecimento; a outra, que é através das emoções que Deus torna conhecida a verdade da alma (*Cours de l'Historie de la Philosophie*, de Cousin, e *History of Modern Philosophy*, de Morell, p. 556 ss.). "A razão não é mais vista como o grande órgão da verdade; suas decisões são estampadas como incertas, falhas e quase sem valor, **enquanto os impulsos interiores de nossa sensibilidade**, desenvolvendo-se na forma de fé ou de inspiração, são defendidos como a verdadeira e infalível fonte de conhecimento humano. O processo fundamental, pois, de todo o misticismo é reverter a verdadeira ordem da natureza e dar precedência ao emocional em vez de ao elemento intelectual da mente humana" (Morell, p. 560). Isso é declarado como "a base comum de todo misticismo". (Charles Hodge, Teologia Sistemática, Editora Hagnos, Sp, 2.001, páginas 48/49).

4. Conclusão

Como vimos, direitos morais para os animais são errados. Os direitos morais pertencem apenas a criaturas morais; isso não exclui nosso dever moral de abstenção e punição da crueldade. Tal dever tem mais a ver com a nossa preservação moral e espiritual. Quando Deus nos veda de sermos cruéis, essa proibição tem a ver com nossa Redenção e sua consequência é que beneficia as outras criaturas. Não há, assim, direitos morais dos animais, mas atitudes erradas que são praticadas contra eles. O problema da maldade no mundo ainda prossegue no coração do homem.